

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

II Seminário de Pesquisa da FESPSP

Uma história que revela e oculta: uma relação amorosa que conta a prisão e enfrenta seu discurso

Natália Negretti (PUC-SP)

Resumo:

Esta proposta de apresentação oral tem como objetivo apontar dados etnográficos de uma pesquisa de mestrado, 'Entre muros e Processos de Envelhecimento: as tias de idade e as tias de cadeia', a partir de uma história específica, como um estudo de caso, entre um casal de mulheres, Fernanda e Maria, agente penitenciária e egressa do Sistema Penitenciário Paulista. O trabalho tem como intenção refletir a respeito das possibilidades múltiplas de relações entre presas e agentes penitenciárias existentes nos discursos de ambas as "atrizes principais no discurso prisional", bem como na prática de mulheres protagonistas que têm sua rotina compartilhada. Esse caso é tratado como um exemplo da heterogeneidade existente entre esses dois grupos primordiais de uma instituição prisional: guardas, polícias ou agentes penitenciários, bem como carcereiros e uma porção de outros termos, cuja nomenclatura revela a existência de gerações (a partir da diferença de crenças, comportamento e regras) destes funcionários públicos e de presas, chamadas também de internas, reeducandas e ainda bandidas, também com uma variedade geracional sob a perspectiva de idade, mas principalmente de crime. Quais são os discursos e as brechas na relação desses dois grupos. A partir deste foco pretende-se apontar questões relacionadas às problematizações existentes de gênero e sexualidade de tais mulheres ao redor do ambiente prisional, a partir de um vínculo presente e outro localizado no passado de duas narrativas de vida, ainda em acompanhamento.

Esta proposta de apresentação oral tem como objetivo apontar uma questão que se tornou importante ao longo do campo de uma pesquisa de mestrado, 'Entre muros e Processos de Envelhecimento: as tias de idade e as tias de cadeia'. Aos poucos, a partir do conjunto de informantes e relações construídas a partir de etnografias, tornou-se primordial pensar na relação entre os dois grupos extremos de uma Penitenciária: o grupo de funcionários e o grupo de mulheres presas. Essa relação é considerada essencial nesta pesquisa para a análise da Penitenciária.

A partir de uma história específica, como um estudo de caso, entre um casal de mulheres, Fernanda e Maria, agente penitenciária e egressa do sistema penitenciário paulista, pretende-se abordar questões ligadas à relação entre os dois grupos citados bem como as contradições entre o discurso e a prática de relação entre os grupos e mais; as resistências e desvios que os sujeitos de ambos os grupos têm potencialmente em uma penitenciária.

O trabalho tem como intenção futura refletir a respeito das relações entre presas e agentes penitenciárias, em caso de vínculo afetivo, podendo o cunho ser apenas de amizade inclusive. Porém, desde já é necessário dizer que a intenção é oposta a categorizar as relações entre os grupos, mas sim perceber as brechas, os entres e os foras de categorias e caracterizações sentenciadas a todo instante nesse ambiente.

Tal caso é tratado como um exemplo da heterogeneidade existente entre esses dois grupos primordiais de uma instituição prisional: guardas, polícias ou agentes penitenciários, bem como carcereiros e uma porção de outros termos, cuja nomenclatura revela a existência de gerações (a partir da diferença de crenças, comportamento e regras) destes funcionários públicos e de presas, chamadas também de internas, reeducandas e ainda bandidas, também com uma variedade geracional sob a perspectiva de idade, mas principalmente de crime. Quais são os discursos e as

brechas na relação desses dois grupos. A partir deste foco pretende-se apontar questões relacionadas às problematizações existentes de gênero e sexualidade de tais mulheres ao redor do ambiente prisional, a partir de um vínculo presente e outro localizado no passado de uma narrativa de vida.

O início de minhas entradas a penitenciárias femininas ocorreu durante o período em que fui contratada como 'mediadora de leitura' (2010). Nesta ocasião, de trabalho profissional, mas com toda certeza, já também de início de interesse como pesquisadora, muitas das reflexões e observações feitas se baseavam em uma divisão, que não é a única, mas talvez, a mais perceptível: as grades existentes entre as pessoas reclusas na prisão e as que trabalham nela. O meu conflito era então a separação demarcada entre agentes de segurança e presas versus a minha separação pretendida com o intuito de pensar a penitenciária como um ambiente dinâmico de relações entre estes dois grupos. Porém, como já apresentado, a demarcação entre agentes e reclusas ainda é percebida, mas divisões complexas entre estes dois grupos passaram a ser observadas entre o corpo de funcionários.

Se antes, não acompanhava o funcionamento interno de cada um destes grupos em uma penitenciária, hoje, após mais contato com estes, percebo a maior complexidade de relações e papéis que existem dentro de cada um, bem como seus conflitos.

Para os integrantes dessas duas categorias, os riscos à integridade pessoal encontram-se no topo das preocupações e estão fortemente marcados pelas relações formais e informais que regulam a vida na prisão (DIUANA, 2008).

Conforme a citação acima, de Vilma Diuana, relações formais e informais regulam a prisão. A formalidade, assim como a informalidade que a autora refere, acompanha relações pessoais e políticas internas a cada grupo primordialmente constituinte desse estereótipo dicotômico que surge ao pensar-se prisão. Um exemplo

é o 'espaço construído e conquistado' pelo Primeiro Comando da Capital¹ entre as reclusas que dialoga diretamente com o restante desta penitenciária, com toda ela inclusive. Funcionários penitenciários possuem em sua trajetória, tempo de casa e também relações formais e informais permeando sua rotina. No cotidiano da prisão, divergências internas ao corpo de funcionários penitenciários (Incluo os agentes, mas também outros funcionários públicos; policiais penitenciários, assistentes sociais, psicólogos, etc.) são comuns.

Sobre agentes penitenciárias e suas trajetórias profissionais, Adriana Taets afirma que em sua pesquisa de mestrado “Constatou-se que a instituição prisional é compreendida por tais mulheres como um lugar de embates (TAETS, 2012).”

Neste sentido a complexidade de uma penitenciária pode ser rearticulada a partir das relações estabelecidas entre os dois grupos e intragrupos, formal e informalmente. As instituições religiosas podem ser incluídas também nesta convivência complexa, assim como ONGs, no sentido de permearem a rotina e o clima do dia prisional. Esta complexidade contempla ainda o interno e o externo da prisão, outras penitenciárias, a fundação de amparo ao preso (FUNAP), a secretaria de

¹ Conhecido também como PCC, o primeiro comando da capital tornou-se popular em todo o país em 2006, após assumir a realização de diversas rebeliões em penitenciárias paulistas e crimes contra policiais civis e militares, além de incêndios em ônibus coletivos, sequestro de um repórter da TV GLOBO, entre outras ações, como uma exigência de melhores condições de vida na prisão e medidas distintas relacionadas à disciplina dos detentos. Na época, alguns dias antes do dia 06 de maio, dia em que houve avisos em rádios, suspensão de aulas por conta da proporção de avisos sobre possíveis medidas de tal organização, reclusos, que se identificaram posteriormente como 'irmãos', tinham sido espalhados em diferentes penitenciárias. Já existe descrição relacionada ao PCC na página da internet Wikipédia (http://pt.wikipedia.org/wiki/Primeiro_Comando_da_Capital). Segundo Adalton Marques, o 'proceder', maneira ideal de agir na prisão, é enunciado pelo PCC: “No interior das prisões, o “proceder” é uma enunciação que orienta parte significativa das experiências cotidianas, distinguindo presos de acordo com seus históricos “no crime”, diferenciando artigos criminais, alicerçando resoluções de litígios empresariais, estabelecendo modos de se portar na chegada à prisão, modos de utilização do banheiro, modos de habitação das celas, modos de se portar no refeitório, modos de se portar durante os dias de visita, modos de se despedir do cárcere, etc. (MARQUES,2010)”. Durante uma entrevista, indagada sobre o motivo de estudar o Primeiro Comando da Capital, Karina Biondi afirma que a princípio, ao decidir transformar sua experiência de visitante nas prisões, não tinha intenção de estudá-lo, “Mas para onde eu olhava, via-o em funcionamento. O estudo do PCC decorreu de uma impossibilidade de estudar uma instituição prisional sem falar do PCC. Todos os aspectos das vidas dos prisioneiros que por lá passaram estavam permeados, em maior ou menor intensidade, pelo fenômeno-PCC (BIONDI, 2010)”.

administração penitenciária (SAP), o governo do estado de São Paulo e o departamento penitenciário nacional (DEPEN). Trata-se de um ambiente discursivo e prático em relação.

“O senso comum é comum não porque seja banal ou mero exterior conhecimento. Mas, porque é conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social. Nela o significado a precede, pois é condição de seu estabelecimento e ocorrência. Sem significado compartilhado não há interação”- José de Sousa Martins, ‘A sociabilidade do Homem Simples’.

O que uma presa ou egressa acha de uma guarda? O que uma guarda supõe de uma presa? Ora, se há algo que o tal do senso comum, no caso do ambiente prisional, possui, é noção de alteridade e relatividade. Em conversas formais com funcionárias da Penitenciária Feminina de Sant’Ana, o discurso pressupõe a necessidade de não expor o julgamento que possui em relação a presa enquanto que esta, ao falar de uma agente, dificilmente utiliza o termo respeitoso ‘senhora’ (utilizado para se remeter diretamente à agente) ao invés de ‘guarda’.

Via de regra, a distância entre presas e guardas é construída por aquelas como algo natural da ‘estrutura da cadeia’ e representação em carne e osso de sua punição e limitação por determinados dias; por estas como uma ordem de necessidade vinda dos escalões de diretoria, que após a um longo percurso, chega ao que o Estado Brasileiro nos apresenta como Sistema Penitenciário: aquele que zela os cidadãos protegendo-os dos perigosos encarcerados rígida e justamente.

Esta mensagem é construída e trabalhada de uma maneira distinta das de outros momentos do Sistema Penitenciário Paulista. Aqui, neste contexto, defende-se que o grupo ao qual o Governo precisa combater é sólido, possui lideranças e homogêneo, o aproximando muito mais de criminosos e presos em massa do que em multidão no sentido de maneiras de agir e de combate e resistência individual. O tornar oculta a multidão tira a força discursiva e de ação, que é revelada apenas

quando conveniente ao Governo mediante ao grande número de casos reincidentes de 'desvios' nas cadeias paulistas.

Nesta pesquisa foram constatadas previamente, duas 'gerações' de agentes penitenciários com as quais pude conversar e saber a respeito (Os casos de uma penitenciária sempre envolvem outros personagens além do informante): os que eram categorizados como carcereiros e os que se iniciaram na vigilância após a década de 90. No entanto, sabe-se que essa divisão ainda é muito superficial. É por essa necessidade, de entender as múltiplas relações que uma cadeia permite e proíbe, admite e oculta, que conversar com agentes passou a ser importante.

A heterogeneidade do grupo de presas é há mais tempo perceptível e o esforço de localizar suas ligações e pontos de desligamento têm sido um grande esforço, já que a maioria das mulheres com quem converso já têm uma representação de grupo homogêneo.

Até o momento os momentos etnografia desta pesquisa contemplam um anexo de uma Penitenciária Paulistana onde presas de diferentes pavilhões permanecem durante o dia; as estudantes e as monitoras, bem como o grupos de agentes e professores. Com o passar do tempo, comecei a prestar atenção na maneira do tratamento e intimidade além do 'Senhora', em outras palavras, além do relacionamento formal. Pude presenciar conversas de apoio, risadas e indiretas em diversas ocasiões. Essas reflexões que faço estão longe de uma constatação. O que são na verdade são questões que me chamaram atenção e acredito que façam parte do leque de perguntas que devo começar a fazer.

Sobre trabalhar com biografias, No texto *Experiências sociais, interpretações individuais*, Suely Kofes (1994) pretendeu analisar histórias de vida considerando-as como interpretações de experiências sociais. A autora considera histórias de vida como:

“fontes de informação (falam de uma experiência que ultrapassa o sujeito que relata); como evocação (transmitem a dimensão subjetiva e interpretativa do sujeito); como reflexão (contêm uma análise sobre a experiência vivida. Neste sentido, o próprio entrevistado articula reflexão e evocação). Caberia ao pesquisador, ao ler a narrativa da estória de vida, levar em conta estes elementos, considerá-la na situação de entrevista e também inter cruzá-la com outras narrativas”. (KOFES, 1994, p.120)

Isabel Cristina Moura Carvalho, destaca:

“A análise biográfica se constitui essencialmente numa situação comunicativa. Para ser levada a cabo com sucesso depende de várias atividades comunicativas: o informante deve contar sua história de vida; descrever situações de vida, e argumentar sobre problemas significativos e recorrentes em sua vida e como ele/ela se relaciona com isso. O pesquisador, ao trabalhar meticulosamente sobre esse material comunicativo, também se torna ele mesmo mais um interlocutor, integrando o circuito dialógico da produção do conhecimento” (CARVALHO, 2003, p.294).

O que uma relação afetiva iniciada em uma penitenciária pode revelar? O que uma relação entre uma guarda e uma presa pode revelar? Simultaneamente, que fenômenos esse laço oculta ou “complexifica” a relação entre quem frequenta o muro e quem está dentro? O que as duas histórias nos mostram? São questionamentos aos poucos construídos e ansiosos de respostas, ainda menores, mas em tentativa de maior força.

A história de Fernanda e Maria ilustra o peso que as especificidades e diferenças podem ter quando analisadas isoladamente. E um grande desafio de estudar prisão, presas, agentes e essas relações todas possíveis está nisso; lidar o tempo todo com diferenças, mas com generalidades. E, além disso, em relação. A dialética entre a diferença e o geral na cadeia é uma constante. Talvez uma das únicas que por enquanto encontrei.

“Meu coração é bandido. Sempre gostei de mulher presa.” (Fernanda, 41 anos)

Fernanda nasceu em 06 de novembro de 1971, em São Paulo. Não se lembra de seu pai. Sua mãe morreu quando ela tinha 13 anos. Foi morar na casa de tios, junto da irmã, mas diz que a partir deste período passou a ficar muito fora de casa.

Maria nasceu em 17 de janeiro de 1973 em São Paulo e, desde seus cinco anos, morou na Praça da Sé junto com outros moradores de rua, após fugir da casa de seu padrasto, de quem sua irmã engravidou. “Aí eu comecei a usar droga, que eu aprendi. Eu comecei a roubar pra me sustentar. Aí foi indo: FEBEM, FEBEM, FEBEM.”

A primeira vez que foi para a FEBEM (Atualmente Fundação Casa), ela estava cheirando cola na Praça da Sé. “Eu sempre voltava pra lá, cheirando colo e tomando banho de chafariz”. Tinha uns 9 anos e até seus 18 anos seu percurso foi Praça da Sé e FEBEM. Aos 19 foi presa pela primeira vez em uma penitenciária. “Foi triste, foi quando eu penso, mas pra mim agora é uma vitória quando vejo o que passei”. Maria foi condenada por um assalto a uma fábrica. Segundo ela, o funcionário não morreu por sua intervenção e no julgamento este não a teria reconhecido por gratidão. Sua permanência no sistema prisional durou seis meses. Na segunda vez que foi presa Maria era vendedora ambulante no Centro de São Paulo, ainda próximo a região da Sé, onde viveu grande parte da sua vida. Segundo Maria, ela foi presa num quadro geral. Uma das vendedoras que ficava em sua calçada estava com maconha e cocaína numa grande quantidade. E puxando a ficha de todo mundo, Maria rodou: ela já tinha passagem. A culpada pela sua prisão, em suas palavras, permaneceu na vida de Maria por alguns anos nas prisões por onde passou.

Fernanda e Maria se viram pela primeira vez em 2006. Nas palavras de Maria, ela “gostou da Polícia”. Passaram a se olhar e tinham em comum uma rede de amizade. As amigas de Fernanda tratavam bem Maria, em suas palavras, e tinham papéis importantes em seu processo no que diz respeito à remissão de pena.

Após alguns meses, ambas foram transferidas de penitenciária. O detalhe é que foram transferidas para a mesma unidade e passaram a se encontrar. O período

foi relatado como de extrema dificuldade por ambas. As duas mulheres tinham medo de seu caso ser descoberto pelo julgamento que os dois grupos a quais pertenciam poderiam fazer e agir como consequência.

Em 2007, Maria teve sua liberdade concedida e esperou por Fernanda na saída, que não chegou. Neste momento, esta já tinha sido transferida novamente de unidade prisional, mediante alguns argumentos de seu envolvimento com as presas e simpatia em excesso.

Após a mediação da rede de amizade em comum, se encontraram e rapidamente passaram a morar juntas. Fernanda havia se separado de uma egressa há poucos meses e Maria estava solteira após dez anos de uma relação heterossexual. Seu ex-marido, Roberto, havia se mudado para outro estado com seus três filhos, com quem ela não convivia há cinco anos. Maria conheceu Roberto quando tinha dezesseis anos e foi morar com ele junta da irmã. Maria, em suas próprias palavras, diz que passou a querer agradá-lo devido à sua extrema bondade e carinho. Antes nunca tinha se relacionado com um homem.

Fernanda relatou que se relacionou com um homem também durante sua vida. Este é o pai de sua filha e com ele possui uma 'boa relação'. Todas as suas outras companhias amorosas também foram mulheres.

Ao caracterizarem uma à outra Fernanda e Maria demonstram a dificuldade em esquecer que uma é 'egressa' e a outra 'agente penitenciária'. Relatam que suas visões de mundo são totalmente distintas, embora já tenham passado por 'fases' parecidas e que "ninguém tem a ver com suas vidas"; "quem quiser que aceite".

A família de Fernanda é mais resistente à Maria. Indagadas sobre o motivo, já que essa não é a primeira esposa egressa de Fernanda. Ambas relataram que os motivos apontados pelos familiares são que Maria abandonou sua família, que não é

boa mãe e que Salete (companheira anterior de Fernanda) era uma mulher séria, carinhosa e não agressiva e brava como Maria.

A família de Maria aceita Fernanda com mais facilidade segundo o relato do casal. O que relataram é que Fernanda age muitas vezes como mediadora desses conflitos em torno da imagem que Maria passou a ter na família após ser presa pela segunda vez; de ter abandonado seus filhos.

A rede de amizade do casal hoje em dia é a mesma; a rede de amizade anterior, do Sistema Penitenciário, foi conservada e Fernanda também se dá bem com outras amigas de Maria. Na última visita que fiz a elas, em 15 de outubro de 2013, elas estavam com uma hóspede, também egressa do sistema penitenciário.

A maior parte de conflitos que Fernanda apresenta na relação é a distinta expectativa que cada uma tem da relação. Fernanda alega que deseja 'preservar' a relação; que uma certa distância física faz bem em determinados momentos e que, agora, após o casamento e com a idade chegando, o que ela deseja é uma companhia e não somente aventura. Com Maria ainda não pude conversar sobre essa questão.

As piadas por Fernanda ser 'polícia' fazem parte das brincadeiras de Maria quando diz que ela é muito séria e que não entende "o bagulho como é"; que ela nunca esteve lá dentro e então nunca saberá realmente como certas coisas acontecem lá dentro, tendo versões muito diferentes de rebeliões, por exemplo.

As questões que Fernanda aponta em relação à Maria são de preocupação e certeza de que ela não cometeu o crime pela qual foi presa quando a conheceu. Alega que se Maria não fosse honesta não teria se apaixonado e que ninguém tem nada a ver com sua vida fora da cadeia.

Embora as duas defendam que ninguém tem nada a ver com sua união amorosa, as histórias já tiveram certas adrenalinas. Além das famílias não apoiarem, a supervisão de Fernanda a repreendeu por contas de boatos de envolvimento com

presas e o casal precisou se mudar para outra cidade. Moravam em um determinado bairro e com medo de alguém descobrir que estava casada com uma agente penitenciária, Maria passou a temer a vida de ambas. Nesse mesmo período Fernanda aguardava transferência para outra unidade prisional (tal tramitação demorou mais de um ano) por questões de segurança e por ter sido constrangida na unidade em que atuava quando descobriu ser portadora de HIV.

A questão da mudança de endereço deste casal envolveu muitas questões relacionadas ao mundo tanto de agentes penitenciários quanto de egressos. Maria foi casada, conforme já mencionado com um homem durante dez anos. Ocorre que o período em que Maria foi presa o cenário da Prisão Paulistana mudava com a conquista dos mais diversos tipos de construção de conhecimentos sobre o PCC. Assim, este homem, que vivia com envolvimento não legais mas não fazia parte deste comando precisou sair de sua casa e se dirigir a outro estado.

Algumas consequências na vida de Maria pós prisão começaram aí. Provavelmente, mesmo que não tivesse se apaixonado por uma *coisa* (termo utilizado por algumas presas e egressas para designar pessoas que não são irmãs ou cunhadas do PCC, que não tem ligação direta e conclusiva com este), precisaria sair de seu bairro por ter ligações com um também *coisa*. Ocorre que além de Fernanda ser nesse sentido *coisa*, além de tudo Maria se envolvia com uma mulher, tinha abandonado seus filhos e marido e nem sequer foi atrás deles após ser solta.

Maria marca todo um conjunto de características essenciais para não se condenar uma mulher presa. O mesmo julgamento que sua família faz dela a de Fernanda também faz. E esse julgamento a machuca. Ela teme ao mesmo tempo em que resiste e diz que tem o direito de viver a vida dela como quer.

Fernanda tem um conjunto de características recriminadas e ocultadas pela Secretaria de Administração Penitenciária: a de agentes penitenciárias lésbicas, de

mulheres que se envolvem com as as presas e que as ajudam a partir do seu julgamento a respeito da reclusa.

Existe a necessidade de um estereótipo de guarda, que tem muitas possibilidades e casos de desvios. Há um discurso que revela o que a Prisão deve ser e uma prática que revela como ela é.

Em ambos os casos, as duas mulheres vivem uma “invisibilidade” e por serem lésbicas, uma segunda e por estarem ligadas ao crime, uma por ter cometido e outra por ter envolvimento com alguém que fez algo condenável, uma terceira. Isso as torna, em termos utilizados pelas feministas pós-colonialistas, mulheres inapropriadas e inapropriáveis. Se é o inapropriado que as angustia, é a inapropriação que responde e as tornam sujeitas de suas histórias e e compreensíveis uma a outra. Suas diferenças não são maiores do que a multidão que contêm em si. Ambas são ligadas a essa moralidade de mãe como mãe e carregam culpa a respeito disso, ao mesmo tempo em que não se tornam vítimas disso. A hereticonormatividade da relação que possuem (Fernanda trabalhar e Maria ser dona de casa; aquela ter voz sobre os gastos e o que Maria pode comprar, etc.) é interessante por mostrar que a imagem do homem e do masculino tem espaço ali, mas não definido, é fluido.

Fernanda e Maria são mulheres que se conheceram numa prisão representando papéis dicotômicos e dialéticos do imaginário da prisão para nós. Suas diferenças ocultam diversas dificuldades de mulheres presas e soltas. As questões desse sentido de amarras sociais em suas vidas são das sociedades dos soltos, alguns inapropriáveis mas que fazem a manutenção constante do que e quem é inapropriado. O inapropriado é que oculta o que é revelável porque mais sucinto e de multidão ao invés de massa: o inapropriável é uma soltura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIONDI, K. *Junto e Misturado: Imanência e Transcendência no PCC*. Dissertação de Mestrado, Centro de Educação e Ciência, Universidade Federal de São Carlos, 2009.

BRAH, Avtar. *Diferença, diversidade, diferenciação*. Cadernos Pagu 26.2006. p. 330 a 376.

CARLEN, Pat. A reclusão de mulheres e a indústria de reintegração. **Anál. Social**, Lisboa, n. 185, 2007. Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732007000400003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 jul. 2012.

CAROLINE, Howard (org.). *Direitos humanos e mulheres encarceradas*. Instituto Terra, trabalho e Cidadania. São Paulo: Pastoral Carcerária do Estado de São Paulo, 2006.

CARVALHO, Isabel C.M. *Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica*. Horizontes antropológicos. Porto Alegre, ano 9, n.19, p.283-302, 2003.

CUNHA, Manuela Ivone. *O tempo insuspenso: uma aproximação a duas percepções carcerais da temporalidade* in ARAÚJO, Emília Rodrigues ; DUARTE, Ana Maria ; RIBEIRO, Rita, org. – “O tempo, as culturas e as instituições : para uma abordagem sociológica do tempo”. Lisboa : Colibri, 2008. ISBN 978-972-772-788-9. p. 91-104.

_____. *Prisão e sociedade: modalidades de uma conexão*. CUNHA, Manuela Ivone P. da, org. – “Aquém e além da prisão. Cruzamentos e perspectivas”. Lisboa : 90º Editora, 2008. ISBN 978-972-8964-09-2.

FERREIRA, Angelita Rangel. Crime-prisão-liberdade-crime: o círculo perverso da reincidência no crime. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, Sept. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300008&lng=en&nrm=iso>. access on 23 July 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000300008>.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Sao Paulo: Ed. Graal, 1979.

_____. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 1977.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. São Paulo: Livros Téc. e Cient. Editora. 1988.

KOFES, Suely. "Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites". Cadernos Pagu, n. 3, p. 117-141, 1994.

LIMA, Elça Mendonça de. *Origens da prisão feminina no Rio de Janeiro – o período das freiras (1942 – 1955)*. Rio de Janeiro: Pesquisa, 1983.

MARQUES, A. *Crime, proceder, convívio-seguro: Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Erika Patricia Teixeira de. *Mulheres em conflito com a lei: representações sociais, identidades de gênero e letramento*. / Erika Patricia Teixeira de Oliveira. – Maringá

PADOVANI, N.C. *“Perpétuas espirais”: Falas do poder e do prazer sexual em trinta anos (1977-2009) na história da Penitenciária Feminina da Capital*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

_____. *Vamos falar de sexo: Os discursos sobre o sexo em trinta anos na Penitenciária Feminina da Capital*. Disponível em:

http://www.fflch.usp.br/ds/pos-graduacao/simposio/m_9_Natalia_Padovani.pdf

SALLA, Fernando. *De Montoro a Lembo, as políticas penitenciárias de São Paulo*. Revista Brasileira de Segurança Pública. 2007. p.73 a 90.

SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. *Prisioneiras. Vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TAETS, Adriana Rezende Faria. *Abrindo e fechando celas: narrativas, experiências e identidades de agentes de segurança penitenciárias feminina*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.